



Reconhecimento Visuográfica

e a Lógica na Investigação Criminal

Marco Antonio Desgualdo

MARCO ANTONIO DESGUALDO

Reconhecimento Visuográfica e
a Lógica na Investigação

2006

Supervisão: Marco Antonio Desgualdo

Coordenação Geral: Jurandir Correia de Sant'Anna

Revisão de Texto: Édson Luis Baldan
Solange Maria da Silva

*Projeto Gráfico,
Editoração Eletrônica:* Johny Ricardo dos Santos

Colaboração: Domingos Paulo Neto

Sumário

Prólogo	7
A Lógica na Investigação Criminal	11
Reconhecimento Visuográfica de Local de Crime	21
Do Local Objeto da Reconhecimento	28
Do Croqui	29
Da Fotografia	30
Da Arma Utilizada	30
Do Cadáver	30
Das Testemunhas	31
Projeção Futura	32
Modelos de Reconhecimento.....	35
Reconhecimento Visuográfica: Homicídio.....	36
Reconhecimento Visuográfica: Furto/Roubo	41
Reconhecimento Visuográfica: Acidente de Trânsito	45
Exemplo de Reconhecimento Eletrônica.....	49
Fotos	53
Bibliografia	57

Prólogo

O criminoso não está excluído da sociedade, ao contrário, integra-a embora se afaste de seu contexto, dele se distanciando na medida em que persiste no crime. Incumbe à sociedade reabilitá-lo, reintegrando-o em seu meio. Não obstante, há que responsabilizá-lo frente às leis e normas existentes, levando o fato ilícito de sua autoria à atividade dos Poderes instituídos, nos quais se insere a relevante atuação da Polícia Judiciária.

Nesse contexto, projeta-se a importância da Polícia como órgão repressor da criminalidade, em seu mister de carrear provas para a futura instrução do processo, tanto inibindo, quanto prevenindo toda modalidade criminosa ou retendo-a no nascedouro.

Dentre os ilícitos mais graves reprimidos pelas normas sociais, afiguram-se os crimes contra a vida. Nesta modalidade de delitos, destaca-se, sob o enfoque investigatório, a costumeira dualidade na notícia do crime.

Assim, o início das investigações parte de premissas diversas de acordo com a profundidade da notícia inicial do delito, dividindo-se em delitos de autoria conhecida e desconhecida. Destes se incumbe o Departamento de

Homicídios, estruturado para desenvolver investigações a partir do local de crimes relacionados nos artigos 121 e seguintes e artigo 157, § 3º do Código Penal.

De modo geral, a estrutura policial atém-se ao equacionamento dos ilícitos penais com o emprego de métodos tradicionais de investigação, segundo rotina preestabelecida ao longo dos anos.

O Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa – D.H.P.P., ciente da importância social de sua atividade-fim, nos limites impostos pelo Estado de direito, distintamente, preocupou-se em buscar soluções com o fim de aprimorar a constituição de elementos probatórios e trazê-los para o Inquérito Policial. Com fulcro na realidade factual, maior clareza e quantidade de informações obtidas durante o desenvolvimento da investigação. Uma das novidades nesse sentido foi a introdução em todos os inquéritos policiais presididos no D.H.P.P. da peça inquisitória “RECOGNIÇÃO VISUOGRÁFICA”, hoje aceita pelos Tribunais¹ e acatada pelo Ministério Público.

Cumprindo à RECOGNIÇÃO trazer aos autos do Inquérito Policial, de forma pormenorizada, toda a observação apreendida pessoalmente pela Autoridade Policial, no local do crime, à luz do artigo 6º e seguintes do Código de Processo Penal.

Sob a concepção de que o local do crime é a gênese de toda a investigação, por mais misterioso que se apresente o delito, passou o D.H.P.P. a enfatizar os trabalhos iniciais de campo, dispensando atenção a todos os detalhes observados. Nesse passo, aprimoramos as técnicas e pesquisas tradicionalmente adotadas, para extrair da realidade em observação a maior gama possível de vestígios do crime e de seu autor.

No palco do evento, “continuum” temporo-espacial, vivencia-se o crime sob a análise das condições que o tornaram possível. Tudo é considerado, desde os fatores mesológicos a fatores meteorológicos como chuva e sol, noite ou dia, dados que sob associação poderão delinear maior segurança ao intérprete.

1 - Sentença prolatada no Processo 319/97 - 28ª V. Criminal contemplou na sua fundamentação o instituto da Reconhecimento

A autoridade policial lança mão da elaboração de croquis internos e externos, visando considerar, dentre outras coisas, as possíveis rotas de fuga do criminoso, com ilustração fotográfica do local e do cadáver, de modo a, com independência do laudo pericial perinecropsóptico, trazer aos autos a peculiar visão do mundo fenomênico por quem o investigou.

Noutro aspecto, a RECOGNIÇÃO é enriquecida pela sinopse dos depoimentos de testemunhas eventuais, vítimas supérstites, parentes de vítimas e outros colaboradores da investigação, sob a pretensão de delinear o perfil do ofendido, considerando-se seus hábitos, vícios, padrões comportamentais e outros que, utilizados na investigação, trarão excepcionais condições de elucidação acerca do ocorrido.

Cumprê destacar, ainda, que o D.H.P.P. utilizou dados estatísticos como suporte de estudos e atuação. Manteve-se a preocupação de criar algum instrumento que viesse a servir de orientação aos Delegados de Polícia e demais policiais ali arregimentados, bem como de instruir os estudiosos da criminalidade de São Paulo e os órgãos de imprensa, para a divulgação e conhecimento de nossa sociedade.

A partir de 1996 iniciou-se, então, a elaboração do anuário do DHPP, resultando numa demonstração clara da realidade dos crimes de morte em São Paulo e, por conseqüência, em instrumento de análise de todos os órgãos envolvidos na questão de segurança pública e de todos os setores da sociedade interessados em colaborar direta ou indiretamente na prevenção social destes delitos.

Igual ênfase mereceu a experimentação de novas técnicas no campo do levantamento papiloscópico, que, como se sabe, possui o objetivo de identificar vítimas, homicidas e até testemunhas presenciais.

Nesse passo, foram inseridas no cotidiano investigatório do D.H.P.P. técnicas só então utilizadas em países mais desenvolvidos, tais como pó magnético, esfumaçamento com iodo seguido de transferência para pautas, esfumaçamento com cianocrilato de ninidrina seguido de pó magnético, de modo a trazer à nossa realidade a colheita de amostras dígito-papilares em todas as superfícies como o couro, pele, plásticos e papéis.

Ampliaram-se dessa forma os campos de pesquisas pretéritas, somente realizadas com sucesso em superfícies planas e secas, como vidros e metais polidos, em face dos limites impostos pelas técnicas até então existentes, como o carbureto de chumbo e o negro de fumo.

Como vemos, o trabalho que se desenvolveu no D.H.P.P. foi laborioso, e encontrou diversos óbices, inclusive nos próprios meios policiais. Porém, as dificuldades geradas pela modernidade vêm sendo vencidas paulatinamente, mercê da boa vontade de eficientes autoridades e denodados policiais do Departamento.

A colaboração foi inequívoca, eficaz e espontânea, com destaque na contribuição coletiva das técnicas investigativas que visam servir aos interesses sociais por meios lícitos, oportunos e convenientes à repressão da criminalidade habitual ou organizada.

A Lógica na Investigação Criminal

Convém rememorar que a função da Polícia Judiciária, em decorrência de mandamento constitucional, é a apuração das infrações penais. A simplicidade que tal dispositivo parece encerrar presta-se, na realidade, a demonstrar quão complexa é a tarefa da Polícia Civil. Detenhamo-nos no estudo dessa palavra pinçada do texto constitucional “apuração”. Num dos seus sentidos esse vocábulo significa a ação de *conhecer ao certo* e, noutro, quer dizer *purificar*. Em ambos, subjacentemente, podemos identificar a verdade como sinonímia, eis que é esta, a um só tempo, certeza e pureza. Certeza porque a realidade das coisas é única. Pureza porque a verdade inadmite fracionamento. Com isto pretendemos afirmar que a missão policial civil consiste, simplesmente, na busca da verdade. Emoldurar a materialidade de um crime e indicar sua autoria exprimem exercícios veritativos.

Para Malatesta “a prova é o meio objetivo pelo qual o espírito humano se apodera da verdade”¹, e sua eficácia será tanto maior quanto mais clara, mais plena e mais seguramente ela induzir no espírito a crença da posse da verdade. O espírito humano, em relação ao conhecimento de um dado fato, pode encontrar-se em estado de ignorância (ausência de todo o

1 - MALATESTA, Nicola F. D. *A Lógica das Provas em Matéria Criminal*. p.19.

conhecimento), no estado de credulidade (em sentido específico, o equilíbrio entre o afirmativo e o negativo), no estado de probabilidade (prevalência de conhecimento afirmativo) e no estado de certeza (conhecimento afirmativo). Nesse caminho ascendente, começando do estado negativo da ignorância e subindo sucessivamente aos degraus mais perfeitos, do crível do provável e do certo, o estudo desses estados, sob o ponto de vista do método, tornar-se-á mais eficaz se seguir a ordem inversa. É a retrodução, da qual falaremos mais adiante.

O espírito pode, relativamente a um objeto, chegar por meio das provas tanto à simples credibilidade, como à probabilidade e certeza. Existirão, assim, provas de credibilidade, de probabilidade e de certeza. Esse o motivo por que nem sempre os elementos colhidos na investigação policial e na instrução criminal autorizam um indiciamento ou uma condenação.

O meio de busca da verdade é a investigação policial, instrumentalizada e formalizada através do inquérito policial. Esse caminho, que vai da eclosão ao ato anti-social, isto é, do cometimento do crime, até a descoberta de sua autoria e materialidade, a proporcionar o exercício do “*juris dictio*”, deve ter por balizas a lei. As normas processuais penais e as disposições constitucionais sinalizam esse percurso. Todavia, não concebemos como racional a conduta de quem se limite a observar sistematicamente a sinalização de uma estrada sem alcançar qualquer destino, porque ignora desde o princípio qual o seu norte.

A Autoridade Policial pratica atos discricionários na incansável busca da verdade, adequando o trabalho de campo às normas processuais vigentes.

Por tais motivos é que entendemos o caminho investigatório como coincidente com a via da Lógica e o inquérito policial a sua linguagem. Já se disse que por trás de cada fato há sempre uma idéia e, apoiando todo pensamento, há sempre a Lógica.

Pode-se afirmar que o estudo da Lógica é o estudo dos métodos e princípios usados para distinguir o raciocínio correto do incorreto² ou, em termos sintéticos, é o estudo das inferências corretas do ponto de

2 - COPI, Irving M. *Introdução à Lógica*. p.20.

vista de sua validade. Em decorrência desses conceitos a Lógica tem sido frequentemente entendida como a lei do raciocínio.

Advirta-se que a Lógica “não é instrumento de ampliação de conhecimentos, mas de organização do raciocínio. É, por assim dizer, uma maneira de raciocinar. Consiste na articulação do pensamento de uma maneira específica: a ligação de idéias, tomadas umas como premissas de outras, com estrita observância de determinadas regras estabelecidas pela própria lógica”³.

O filósofo e matemático americano Charles Sanders Peirce, cuja obra somente se notabilizou postumamente, afirmou em 1868 a impossibilidade de elaboração do pensamento humano sem o recurso dos signos, isto é, sem o uso da linguagem. Estavam lançados os alicerces da Semiótica.

Meio século após, no período de 1929 a 1937, surgiu e se desenvolveu na Europa uma das correntes filosóficas mais importantes de todas as épocas: a do Neopositivismo ou Empirismo Lógico. Esse movimento, que tornou conhecido como o “Círculo de Viena” por se reunir periodicamente em certo café de Viena, agregava filósofos e cientistas de inúmeras áreas do conhecimento humano, elaborando teses que refutavam a Metafísica pois subordinava os critérios de verdade à análise da experiência: toda a verdade pode e deve ser posta à prova.

O produto final do labor dos neopositivistas foi a redução da filosofia à análise da linguagem e desta à Semiótica. Subsistindo ao tempo, integrando dois continentes, as teorias de Peirce, o matemático americano, e dos Pensadores de Viena fundiram-se para dar consistência ao capítulo que é, ainda hoje, um dos mais importantes do pensar filosófico, com vasta aplicação em todos os ramos alcançados pelo intelecto humano, inclusive o da investigação criminal, como pretendemos demonstrar.

Os postulados da Semiose vêm, de alguma forma, amalgamar-se aos ensinamentos de Spinoza, para quem “existe um mundo de coisas perceptíveis pelos sentidos e um mundo de leis inferidas pelo pensamento”⁴. Complementando essa máxima reprimos: toda articulação do raciocínio

3 - COELHO, Fábio U. *Roteiro de Lógica Jurídica*. p. 65.

4 - TELES, Antônio X. *Introdução ao Estudo de Filosofia*. p. 158.

opera-se pela linguagem e essa por sua vez, subme-se aos signos. Eis o campo da Semiótica.

A justaposição do método de Charles Peirce, semiótico, com o de Sherlock Holmes, o detetive, termina por lançar uma luz inesperada em ambas as figuras, a histórica e a ficcional. As teorias do personagem assumem razão lógica contextual na história das idéias, baseado num misto de imaginação e realidade, num criterioso exercício da especulação como uso científico da imaginação.

Acredita-se que seja quase ilimitado o poder da análise científica como método da reconstituição de enveots humanos. Já se disse: o que um homem pode inventar, outro pode descobrir. Desde que o criminoso se sustente sobre duas pernas, sempre haverá alguma identificação, algum indício, algum desvio do trivial que pode ser detectado pelo investigador científico.

Sir Arthur Conan Doyle utilizou a fala de seu imortalizado detetive para enfatizar a necessidade de arguta observação no trabalho de investigação. Abertura e receptividade para os dados é fundamental, sem preconceitos quaisquer e deixando-se conduzir docilmente pelo caminho das provas. Então há necessidade do controle de distorções subjetivas, não permitindo um julgamento predisposto por qualidades pessoais, pois qualidades emocionais são antagonistas de um raciocínio claro.

O dom da observação consiste em observar aquilo que os outros apenas vêem. Como disse Sherlock: “O mundo está repleto de coisas óbvias que ninguém, de modo algum, jamais observa, não havendo nada mais falaz do que um fato óbvio”. Aqui chamo a atenção para o fasto de que a observação não se restringe apenas aos fatos e eventos observados, mas também a ausência deles. A evidência negativa é, em geral, encarada como altamente significante⁵.

Na ciência há três espécies fundamentalmente diferentes de raciocínio: indução, dedução e abdução, esta última às vezes chamada retrodução ou hipótese.

5 - ECO, Umberto; SEBEOK, Thomas A. **O signo de três**. passim

A dedução é o procedimento pelo qual as conseqüências prováveis e necessárias de uma hipótese são investigadas. O método dedutivo se caracteriza por ser uma forma de raciocínio que, independentemente de provas experimentais, se desenvolve de uma verdade sabida ou admitida a uma nova verdade, apenas por conclusão ou conseqüência. Para Peirce a dedução é o raciocínio da matemática e o único necessário, por parte de uma hipótese cuja verdade ou falsidade nada tem a ver com o raciocínio e, naturalmente, suas conclusões são igualmente ideais. Essa observação levamos a suspeitar que algo é verdadeiro, algo que podemos ou não ser capazes de formular com precisão, e passamos a indagar se é ou não verdadeiro. Para realizar-se este objetivo é necessário formar um plano de investigação e esta é a parte mais difícil de toda a operação dedutiva⁶.

Indução é nome que Peirce atribui ao procedimento de testar experimentalmente a hipótese. Por definição consiste na verificação experimental e uma teoria. Sua justificativa está em que, embora a conclusão da investigação num estágio qualquer possa ser mais ou menos errônea, mesmo assim a aplicação ulterior do mesmo método deve corrigir o erro. A única coisa que a indução realiza é a determinação do valor de uma quantidade. Parte de uma teoria e avalia o grau de concordância dessa teoria com o fato. Nunca pode dar origem a uma idéia, seja qual for. Dito por outro modo, pelo método indutivo o pensamento infere uma verdade geral, de dados singulares suficientes, ou seja, trata-se de um processo de raciocínio que se desenvolve a partir de fatos particulares, até atingir uma conclusão de ordem geral, com fundamento na experiência. É a recomposição do todo pela conjugação dos *fractais*. Essa conclusão de ordem geral é possível em virtude da regularidade dos fenômenos naturais. É com fundamento nessa constância dos fenômenos da natureza que estendemos ou ampliamos para todos os casos de uma série a conclusão que só comprovamos para uma parte dessa mesma série⁷.

Abdução é a adoção de uma hipótese para se atingir a predição de determinado evento, ou seja, consiste em estudar os fatos e projetar uma teoria para explicá-los. Dito por outro modo: parte-se de um estado de coisas hipotético, que definimos sob certos aspectos abstratos.

6 - PEIRCE, Charles S. *Semiótica*. p. 214.

7 - Idem, 219.

Se todo conhecimento depende da formação de uma hipótese, no entanto, parece, a princípio, não haver nenhum espaço para a questão de como isso se sustentaria, uma vez que, de um fato real, apenas se infere um poder ser (pode ser e pode não ser). Há porém, uma decisiva inclinação para o lado afirmativo e a freqüência com que isso resulta ser um fato verdadeiro é a mais surpreendente de todas as proezas do intelecto humano.

Comparando nossa capacidade de abduzir e os poderes musicais e aeronáuticos de um pássaro, Peirce afirmava que aquela está para nós como aqueles estão para este: o mais elevado de nossos poderes meramente instintivos. É um meio de comunicação, dizia ele, entre o homem e seu Criador, um privilégio divino que deve ser cultivado, não restando dúvida razoável acerca do fato de que a mente do homem, tendo se desenvolvido sob a influência das leis da natureza, e por esse motivo, de certo modo, pensa naturalmente segundo o padrão da natureza.

Assegurava, ainda, que a retrodução se funda na confiança de que há suficiente afinidade entre a mente do raciocinador e a natureza para tornar a suposição algo afiançável, uma vez que cada suposição é confrontada com a observação através da comparação.

É evidente, escreveu ele, que a menos que o homem tenha tido uma luz interior que tornasse suas suposições muito mais verdadeiras do que seriam por mero acaso, a raça humana teria há muito sido exterminada, devido a sua absoluta inépcia na luta pela existência. A abdução é o primeiro degrau do raciocínio científico, bem como o único argumento que inicia uma nova idéia, daí ter sido chamado de “argumento originário”⁸.

Após discorrer sobre a indução, dedução e abdução, seria impossível olvidar a figura da intuição, a qual não se confunde com nenhuma das três antecedentes.

A intuição, ao longo da história da Filosofia, já foi entendida como sendo o conhecimento imediato e total privativo do intelecto dos deuses, sendo, assim, uma forma de conhecimento superior e privilegiado, daí a expressão usada: “intuição divina”.

8 - PEIRCE, Charles S. *Semiótica*. p. 220.

Todavia, a partir da Filosofia medieval, a intuição passou a ser empregada para indicar uma forma particular e privilegiada da consciência humana, presente o conhecimento empírico ao qual já reportamos. Bacon dizia que a alma não se acalma na intuição da verdade se não a encontrar na experiência.

Assim, a intuição da mente estende-se às coisas, ao conhecimento de suas conexões necessárias e a tudo que o intelecto experimenta em si mesmo ou na imaginação. A intuição é chamada, ainda, de “verdade primitiva”, tanto de razão quanto de fato.

A intuição gera a idéia ou a hipótese experimental, ou seja, a interpretação antecipada dos fenômenos da natureza. Demonstra-se com a Lógica, mas só a intuição é que inova.

A faculdade que nos ensina a ver é a intuição. Sem ela o geômetra seria como o escritor bom de gramática, mas vazio de idéias. Somente o cérebro investigativo experimentado é dotado desse precioso atributo: de nenhuma utilidade as ciências todas colocadas a serviço de um policial que não sabe dissecar uma trama criminosa com os perspicazes olhos da razão intuitiva⁹.

Esse certamente o último estágio no desenvolvimento da capacidade investigatória, e da qual somente podem se servir aqueles verdadeiramente versados nesse mister.

Como acréscimo ao princípio de que a mente humana, como resultado dos processos naturais de evolução, é predisposta a fazer suposições corretas sobre o mundo, Peirce propôs um segundo princípio conjectural para explicar parcialmente o fenômeno da suposição, isto é, que nós freqüentemente retiramos da observação fortes sugestões de verdade sem sermos capazes de especificar quais foram as circunstâncias por nós observadas e que conduziram a essas sugestões. Essa a natureza mais perigosa da hipótese: deve-se estar pronto para imaginar o que aconteceu e agir segundo tal conjectura, e isso nos conduz a uma região onde pesamos as probabilidades e escolhemos a mais verossímil.

9 - ECO, Umberto; SEBEOK, Thomas A. **O signo de três**. passim

Formulados e explicados os critérios com os quais é possível perseguir a verdade, há condições de descrever um padrão geral de investigação. Para tanto, parece útil recorrer nova vez à figura do eterno detetive, o clássico e astuto Sherlock Holmes, criação imortal da literatura.

Algumas das imagens mais expressivas de Holmes são aquelas em que ele se concentra com uma lupa e uma fita métrica, esquadrinhando e encontrando pistas essenciais que tinham escapado à atenção dos demais. Revolve o problema por todos os ângulos, até que o tivesse completamente investigado ou se convencesse de que seus dados eram insuficientes.

Todo o pensamento reflexivo – e este termo inclui tanto a investigação criminal como a pesquisa científica – é uma atividade de resolução de problemas, como muitos pragmáticos afirmaram com insistência. Antes que o detetive meta ombros a uma tarefa tem, primeiro, que sentir a presença de um problema. Natural que a mente ativa vê problemas onde a pessoa obtusa só vê objetos familiares.

Podemos caracterizar um problema como um fato ou um grupo de fatos para o qual dispomos de qualquer explicação aceitável, que pareça incomum ou que não se adapte às nossas expectativas ou preconceitos. É óbvio que se requerem algumas convicções prévias para que uma coisa se nos imponha como problemática. Se não houver expectativas, não poderá haver surpresas.

É antológica a resposta dada por Sherlock Holmes quando advertido porque a caminho de um local de crime não se atinha ao evento em si, mas se punha a falar sobre futilidades díspares. Replicou o detetive que era erro capital teorizar antes de se estar na posse de todos os elementos, pois isso deformava o raciocínio. A tentação em formar teorias prematuras dizia ele, é a desgraça da investigação.

Apesar de toda a sua confiança sobre a matéria Holmes estava completamente equivocado nessa questão. Não é possível, evidente, chegar a uma opinião final antes de uma grande quantidade de provas ter sido examinada, mas tal procedimento é muito diverso de não teorizar. De fato, é rigorosamente impossível fazer qualquer tentativa séria de reunir dados sem ter teorizado de antemão. Como observou Charles Darwin, o

grande biólogo e autor da teoria moderna da evolução: “...toda observação deve ser a favor de algum ponto de vista, ou contra, se quisermos que ela preste algum serviço...” Tal hipótese preliminar pode ser muito diferente da solução final do problema. Nunca será completa: pode ser uma explicação provisória de, apenas, uma parte do problema. Mas, por mais provisória e parcial que seja, uma hipótese preliminar é indispensável para que qualquer investigação possa avançar.

Explico melhor. Toda investigação séria principia com algum fato ou grupo de fatos que fere a atenção daquele que investiga, emergindo como problemáticos e desencadeando todo o processo do inquérito. Os fatos iniciais que constituem o problema são, usualmente demasiado escassos para que proporcionem, por si só, uma explicação totalmente satisfatória, mas poderão sugerir ao detetive competente alguma hipótese preliminar que o leve a procurar fatos adicionais. Espera-se que esses fatos adicionais sejam pistas importantes para solução final. O Policial inexperiente ou irresponsável ignorará ou menosprezará todos, salvo os mais óbvios; mas o trabalhador cuidadoso procurará ser completo no exame dos fatos adicionais a que foi conduzido pela sua hipótese preliminar.

Em última análise, o interesse do detetive gira em torno de uma questão prática. Diante de um crime a resolver ele tem não só que explicar os fatos, mas também lhe compete localizar e prender o criminoso. Isto significa que ele terá que aplicar sua teoria, usando-a para predizer onde o criminoso poderá ser apanhado. Assim, tem que deduzir ainda mais conseqüências da hipótese, não pelo mero interesse numa confirmação adicional, mas para fins práticos.

Já tive a oportunidade de afirmar, e volto a fazê-lo porque tenho por verdadeiro, que o Delegado de Polícia, como coordenador da atividade lógica da investigação policial é o *dominus investigatio*, a mente experimentada, onde a intuição pode germinar com facilidade e propriedade.

Concluindo: só entendemos como investigação verdadeira aquela que se sustente sobre o tripé Ciência, Lógica e Legalidade. A Lógica serve-se da Ciência para se instrumentalizar e a observância à legalidade é simples decorrência do trabalho técnico de apuração. O resultado desse labor transparece, por força da Semiótica, em linguagem formalizada, na

essência do inquérito policial (que, despido de formalismos, se subordina unicamente ao rito da Lógica). Este possui vida própria, pois conta uma história. A história de um crime.

Reconhecimento Visuográfica de Local de Crime¹

É fácil contar a história de alguma coisa que vimos; porém, é muito diferente quando não a presenciamos. Ao final temos que desvendar o que aconteceu, apenas com base no que observamos ao nosso redor.

Todos nós já ouvimos inúmeras histórias de investigadores que, ao chegarem em um local de crime, pela simples observação, descobrem tudo o que sucedeu.

Observam, perquirem, examinam e tomam nota de tudo quanto viram e, por fim, se realmente são hábeis, reconstituem toda a cena que ali se passou, apesar de ninguém ter visto.

Assim, diante de um quadro criminoso, faz-se mister a análise da primeira impressão do observador. Da observação de um pormenor parte-se para o descobrimento de um outro e, pouco a pouco, elucida-se toda a trama com tal precisão, como se o examinador estivesse posicionado em uma janela, quando da prática delituosa.

1 - Trabalho publicado na Revista Brasileira de Ciências Criminais nº 13 - janeiro/março de 1996

Contudo, o quadro criminoso apresentado aos olhos de quem investiga, é obrigatório consignar, pode ser mascarado. Muitos foram enganados por coisas que pareciam claras e inegáveis, mas que na realidade eram bem diferentes do que pareciam ser.

Caso o pensamento não se mostre arejado, e enquanto os mais afoitos não desempoeirarem as idéias preconcebidas, será impossível avançar na nobre matéria da investigação.

Para tanto, o pesquisador terá, obrigatoriamente, que possuir grande tirocínio e discernimento, buscando as diretrizes estabelecidas nas ciências auxiliares da investigação.

As ciências de observação são: a Biologia, a Tipologia, a Sociologia e a Psiquiatria; as de aplicação: a Medicina Legal, a Polícia Técnica ou Científica e a Ciência Penitenciária.

No entanto, há de se dizer que muitas vezes não bastam apenas os conhecimentos científicos para o desvendamento do caso, necessitando aquele que está incumbido da investigação apelar para os seus sentidos, deixando aflorar, ao lado da obediência ao raciocínio lógico, a intuição, eliminando de pronto as possibilidades.

A intuição relaciona-se com a palavra intuir que significa “ver”.

Pelos cinco sentidos se obtém a intuição sensível. É a percepção. É “ver com os olhos da percepção”, assimilando e sentindo no local todos os vestígios que se apresentarem. Um elemento de arte e magia se traduz na lógica.

Caso não forem observadas as diretrizes em questão, poderá existir “falha”, que decorrerá da má percepção, defeito de fixação, ou mesmo de problemas vinculados à forma de raciocínio.

O princípio básico investigativo, então, está em decifrar o todo, embora sem vê-lo, através das partes.

O homem tem que aprimorar seus conhecimentos, e sua realização em sociedade lhe é assegurada pelas oportunidades em atingi-la. Não as

havendo, conturba-se e se desagrega. A sociedade então se desestabiliza até o restabelecimento do primado da lei. E a Polícia existe para mantê-lo.

A polícia tem sua eficácia associada à proporção dos recursos disponíveis (materiais e humanos) de que possa usufruir para harmonizar a estrutura legal abalada pela violação das leis. Aí reside sua eficácia. Praticado o crime, atua de modo a resolvê-lo no menor espaço de tempo, devolvendo o sossego ao cidadão no exato momento em que a Justiça pune o infrator.

E a ânsia de saber a verdade faz parte da existência do homem. Essa busca se reflete na sistematização de meios para alcançá-la, e é própria do homem em todas as suas atividades.

A história demonstra a improvisação e o emprego de meios cruéis para a obtenção da verdade. O progresso adaptou e consolidou novas técnicas para a investigação, dentre elas a criminalística, a Criminologia e a Medicina Legal, porém, a pesquisa de campo, intuitiva, disponível aos seus participantes, permaneceu sem suporte técnico, reduzindo-se a relatos unilaterais, quase sempre precários, pobres de valores e adstritos à ótica laborativa do subscritor.

Ocorre, então, a necessidade de atualização de métodos e pesquisas na investigação policial, propriamente dita, notadamente nos crimes contra a vida, em face do avanço da criminalidade e do crime organizado.

E é através da cibernética que se abrem novas oportunidades. Os “fractais” ou frações podem ser utilizados para a reconstrução do todo. E este princípio tem aplicação na investigação.

A introdução da informática na reconstrução do todo, pelo conhecimento da parte ou fragmento, deve ser difundida de forma científica na busca da verdade. A cognição de indícios em locais de crimes e demais circunstâncias devem, em conexão única, formar o conjunto indiciário, para assim trazer aos autos a correta interpretação da prova e da autoria. Germinará, neste passo, a idéia vivenciada pelo pesquisador (Delegado de Polícia), resumindo-a, graficamente, em uma única peça, cujo escopo é revelar circunstâncias e fatos, desde a motivação do delito até o seu desfecho. É a Reconhecimento Visuográfica, que se iniciaria pelo local do crime.

Trata-se de um neologismo formado pelas palavras:

RECOGNIÇÃO (do latim “*recognitio*”);

VISUAL (do latim “*visualis*”), relativo à vista, visório; que assimila melhor as noções de conhecimento pela vista do que pelo ouvido.

GRAFIA é a técnica do uso da linguagem como comunicação escrita ou por ideogramas.

Temos, assim, um conhecimento visual do que fora pesquisado, traduzido graficamente. Não deixa de ser uma anamésia do crime, descrita, esquematizada e ilustrada fotograficamente.

A Reconhecimento Visuográfica é a semente da futura investigação, depois de formalizada, levando-se em consideração o seu dinamismo e praticidade. Traz em seu bojo desde o local, hora, dia do fato e da semana como também condições climáticas então existentes, além de acrescentar subsídios coletados junto às testemunhas e pessoas que tenham ciência dos acontecimentos. Traz ainda à colação minuciosa observação sobre o cadáver, identidade, possíveis hábitos, características comportamentais sustentadas pela vitimologia, além de croqui descritivo, resguardados os preceitos estabelecidos no artigo 6º, I, do Código de Processo Penal.

A idéia é a de que tudo isto somado a outros subsídios seja trasladado para o bojo da Reconhecimento de Local de Crime. A peça não possui as limitações de um laudo, portanto o pesquisador carrega para ele muito de sua experiência e militância profissional, e pode ser complementada, na coincidência dos detalhes, pela confissão do criminoso.

Após sua elaboração, e para a correta interpretação, aplicam-se os pensamentos indutivos, dedutivos, abduativos e analógicos, que indicarão, com certeza, o caminho a ser trilhado. A Reconhecimento Visuográfica, portanto, nasce da observação.

De um lado ela contém o fato criminoso, no seu espaço e tempo, e de outro resume circunstâncias exteriores que poderiam influenciar a conduta humana no resultado. Em princípio arrebanha recursos junto à estatística e à lei das probabilidades, anexando o perfil psicológico do criminoso para

delinear o contexto da verdade real.

Consumado em sua definição legal, o delito passa a ser revisto do ponto convergente da conduta até os seus antecedentes próximos e remotos, além das causas que os motivaram.

A conduta em sua primeira fase é imbuída de fortes laivos psico-emocionais. O homicida deixa-se envolver e é domindao por fortes sensações monoideicas que lhe absorvem integralmente o pensamento. O resultado engendrado, o crime, é um processo psicológico de alívio de uma tensão insuportável. No caso de roubo a reação é a mesma, mas o objetivo é a satisfação irreprimida da cobiça.

O criminoso, numa vingança pessoal, projeta o desfecho. É o *iter criminis*. Primeiro a *cogitatio* depois os meios para atingir aquele fim, a concretização desses meios e, finalmente, a fase executória. Na terceira etapa (meios de execução) o criminoso adquire uma calma obstinada, fria e calculista, necessária ao resultado objetivado.

Mas a Polícia somente intervém a partir do local do crime. Ali está o corpo estirado em decúbito ventral, na via pública, com duas perfurações na cabeça.

Nada foi roubado. Nos bolsos da vítima são encontrados documentos, quantia razoável em dinheiro, relógio no pulso, duas correntes de ouro. Estava bem trajado. Cabelos aparados, barba feita. Dentes em bom estado. Os documentos permitem identificá-lo de pronto. Sabe-se-lhe a profissão, que é de nível superior. É morador das imediações. Trata-se de bairro de classe média. É proprietário de casa própria e de carro, do qual naquela ocasião não fazia uso. É leucoderma, de 30 anos de idade, hábitos morigerados, solteiro, conforme informaram vizinhos, parentes e amigos. Não tem vícios aparentes ou comprometedores como jogo, ou incontinência sentimental. Nada é dito sobre eventuais conquistas amorosas.

Esta é uma faceta que vai ser reproduzida na reconção. A outra seria o tempo, pressão atmosférica, condições meteorológicas, data, dia da semana, hora, local, fase lunar e o respectivo croqui e fotografiação.

O espaço é a área da atuação do pesquisado e a região de seus hábitos

e conduta. O tempo está restrito à sua disponibilidade para percorrer aquele espaço.

Os recursos da informática, nos homicídios, habilitam o pesquisador a buscar entre outros casos investigados algum que se lhe assemelhe. E as probabilidades, com fulcro nas estatísticas, irão dizer, dentre as motivações, aquela que poderia levar um ser humano a matar seu semelhante.

Outros fatores objetivos, como o calibre da arma, o número de tiros, a região atingida irão revelar o maior ou menor grau de intensidade emocional que levou o autor à prática do crime.

O pesquisador ou investigador de campo descreverá concisa e resumidamente, junto a familiares, amigos e mesmo desafetos do pesquisado, os seus hábitos, vícios, virtudes e tudo o mais que possa delinear-lhe o perfil psicológico.

Tem-se, então, o fato, perfil psicológico aproximado da vítima, o resultado estatístico e as probabilidades de ter ou não o fato acontecido desta ou daquela forma.

Citemos um exemplo marcante na opinião pública que foi o da chacina (seis homicídios e uma tentativa), ocorrida na noite de 11 de junho de 1994, na Rua Enseada Itapacoroia, número 327, Jardim das Oliveiras, área do 50º Distrito Policial. Na ocasião, desconhecidos, fortemente armados, invadiram aquela residência e, alucinados, atiraram contra os presentes, indistintamente. No local morreram Everaldo Campos Lima, Jacinto Neto Campos Lima e Aurélio Paz Landin. No Pronto Socorro Tide Setúbal, onde foram socorridos, faleceram Jovelito Paz Landim, Darcelino Campos Lima e Sebastião Braga Campinho. Da chacina sobreviveram Ederaldo Campos Lima que, em estado grave, foi internado no Hospital Santa Marcelina, mas resistiu aos ferimentos. Delma Cristiani Campos Braga, Leonildes braga de Jesus e duas crianças, filhas desta última, que foram poupadas.

Nas diligências preliminares, apurou-se que o fato estaria ligado a outro homicídio registrado na Zona Sul. Embora testemunhas procurassem omitir tal detalhe, levantou-se que a morte na Zona Sul seria obra de Ederaldo Campo Lima, o sobrevivente.

Na seqüência investigatória levantou-se, junto ao 80º Distrito Policial, Vila Joaniza, que em data de 21 de janeiro de 1994, Ederaldo Campos Lima havia agredido a tiros, Agenildo Pereira dos Santos e Nilson Galvão da Silva, tendo o primeiro falecido dias depois. Como familiares desta vítima haviam prometido vingança. Ederaldo transferiu residência para Itaim Paulista. Soube-se ainda que um indivíduo alcunhado “Louro”, tio de Agenildo, havia prometido vingar-se de Ederaldo e seus familiares. No prosseguimento das diligências, os policiais chegaram à identidade de Osmar Pereira da Silva, o “Louro”, autor intelectual da chacina o qual, para levar adiante sua idéia de vingança, contratou alguns pistoleiros para aquela empreitada. Os executores foram identificados como sendo José Nilton Martin, Cícero Soares da Silva e José Pereira da Silva.

Todos os passos da investigação inicial foram inseridos na Reconhecimento. A fotografia da vítima supérstite também foi efetuada no Hospital. Traçou-se o perfil de cada vítima e os antecedentes históricos das vidas de cada uma delas, o que acabou por fazer aflorar o motivo do crime. A partir daí, procedeu-se ao robustecimento dos indícios colhidos.

A reconção é dinâmica. Ela acrescenta detalhes e traz certezas sobre o criminoso, seu perfil e o local do crime. Mostra também o provável trajeto de chegada e de fuga do autor. Se estava a pé ou de automotor. O ângulo do tiro é importante, pois dirá se o atirador é perito em armas ou se agiu por meio de impulso ou ainda por distorção emotiva. A reconção é a reconstituição do todo por fragmento ou parte conhecida. Está em fase de aprimoramento. Já está sendo aceita. É um passo a mais no estabelecimento da verdade real.

Se de um lado as testemunhas apresentam limites em motivos próprios do ser humano, e o laudo, especificidades técnicas e frias, a reconção aproxima e une o testemunho dos que presenciaram o crime à atuação do criminoso no ato da prática do ilícito. Reconstitui, ainda, os parâmetros do provável, os passos, a conduta, os hábitos, os gostos, vícios e expectativas da própria vítima.

A reconção tende a evoluir com a técnica e os recursos da informática. E melhor se delineará no campo da holografia, numa fase mais avançada.

O certo é que se está enveredando por um caminho de amplas perspectivas, no qual as ciências humanas, como o Direito e a Psicologia se fundem com as ciências exatas, com as estatísticas e com as probabilidades, para o resultado final, que é contribuir para a apuração do fato e o estabelecimento da autoria.

Todo crime de autoria desconhecida é um desafio. A presunção inicial é a de que foi cometido por uma criatura humana, fora dos padrões normais, cuja conduta é típica e culpável. A partir daí, há um universo a ser pesquisado, prevalecendo métodos pouco usuais e mais avançados, além de processos de perquirição extraídos da heurística.

Nos crimes passionais ou que envolvem homossexuais, denota-se forte conteúdo destrutivo extravasado sob a forma de dilaceração das partes sensíveis do corpo (rosto, órgão sexuais, seios, etc). Tudo isso irá se traduzir numa única expressão escrita, a Reconhecimento Visuográfica. Nela, como já foi conceituado, buscar-se-á o emprego de métodos modernos, científicos e legais para a obtenção da verdade.

Numa análise superficial a reconhecimento seria a reprodução gráfica e ilustrada do local do crime até as suas causas imediatas, com propósito de se estabelecerem os vetores da autoria.

Do Local Objeto da Reconhecimento

Pode ser interno ou externo. Interno quando circunscrito ao recôndito de qualquer imóvel. Externo quando a céu aberto. O local deve ser reproduzido com fidelidade. E o observador deve possuir relativo vocabulário e percepção subjetiva de valores.

No local interno devem ser descritas mais enfaticamente as condições de higiene, ordem, colocação de objetos e móveis que possam traduzir a índole do morador.

Devem ser relacionados cinzeiros, marcas de cigarros, fósforos, isqueiros, bem com o uso de óculos, dentadura ou qualquer indício que

possa levar aos hábitos do usuário, aos seus defeitos ou fraquezas.

O registro da existência de animais (cães, pássaros, peixes) também é relevante na reconstrução da personalidade da vítima.

A geladeira e a despensa irão dar uma idéia de seus hábitos alimentares. Igualmente o banheiro. De igual forma os livros darão uma noção de seus impulsos ou condicionamentos intelectuais.

O local externo é igualmente marcante. Nele serão encontrados acidentes geográficos como rios, represas, córregos, lagos ou lagoas, ou ainda ruas pavimentadas com macadame ou asfalto. Deve ser mencionada a existência de guias ou sarjetas. O tipo de construção: prédios, casas térreas, com jardim ou alinhadas no nível da rua, bem assim a existência ou não de outros pavimentos.

Convém verificar, caso o local esteja em área construída, se há bares, bilhares, casas de massagens, hotéis, ou qualquer estabelecimento público, cujo ângulo de visão permitiria ou permite a visualização do local do crime.

O local externo tem vários ângulos de observação. Estando a vítima encostada na parede a 180° de percepção, no centro da via a 360°, linhas podem ser traçadas, nessas direções, para verificação de eventuais testemunhas.

Não menos importante, acrescente-se, é o perfil dos moradores.

Do Croqui

É o levantamento do local, por meio de desenho, sem escala.

No interior do desenho, devem ser representadas as portas, janelas, móveis, objetos etc. A forma de compartimento: quadrado, retangular etc. Anotar todos os detalhes que interessam ao fato.

Da Fotografia

Elabora-se a fotografia geral, que reproduz todo o local, com o maior número possível de vestígios. Caso o local seja muito extenso, deve-se dividi-lo em setores, fotografando-os, bem como os pormenores.

A fotografia do local do crime retratará permanentemente o palco dos acontecimentos, permitindo consultas em casos de dúvidas e comparação com outros casos ocorridos.

Da Arma Utilizada

Sem violar o campo da perícia técnica, o investigador de campo anotará a marca, calibre, cápsulas deflagradas da arma utilizada, quando deixadas no local. Devem ser apreendidas eventuais cápsulas encontradas no local e ejetadas de armas automáticas.

O alinhamento das marcas de sangue, alongadas, estreladas etc darão a idéia se a vítima deslocou-se do local inicial ou se o criminoso também está ferido.

Do Cadáver

As observações iniciais são relevantes, notadamente se o cadáver já está em decomposição ou no local há cheiro ou odores diversificados.

Manchas hipostáticas; hora presumida do exício; o tempo reinante: úmido, frio, calor, temperatura amena etc, influem no processo de decomposição.

Qual a forma de tratamento inicial do autor em relação à reação da

vítima?

No caso de existirem vítima supérstites: De que forma chama(m) a(s) vítima(s)? O que a vítima acabou de mais estranho, no sentido dos acontecimentos (fatos), isto é, o que observou de mais importante em referência ao autor. Qual a impressão pessoal que o criminoso deixou transparecer – maníaco? Vingança? O que o autor subtraiu da vítima?

Em que momento do episódio ocorreu a subtração? Quais os vestígios deixados e quais os facilmente identificados?

Particularidades dos vestígios encontrados.

O criminoso preocupa-se em não deixar vestígios do tipo:

- 1 - dígito-papilares (uso de luvas);
- 2 - identificadores de reconhecimento de seu rosto.

Das Testemunhas

As testemunhas devem ser observadas, não só pelas condições culturais, formação escolar, profissão, como também pela forma com que se manifestam: tiques nervosos, ademanos, empostações de voz, formas de trajar e de vestir. Aqui não se cogita a forma legal do testigo, mas sim do suporte das informações prestadas e que serão investigadas.

Uma mulher de vida noturna ou um boêmio serão as pessoas encontradas costumeiramente na madrugada, quando não vigilantes, enfermeiros e mesmo policiais.

Há de se lembrar que uma pessoa ao ser inquirida se presenciou ou não o crime, num primeiro impulso, para evitar comparecimentos penosos á delegacia ou ao Fórum, costuma dizer que nada viu ou ouviu. O pesquisador deve ser habilidoso, educado, evitar intimidações prejudiciais à investigação. Preciosos depoimentos têm sido perdidos por falta de

habilidade do pesquisador.

O que foi dito deve ser levado à reconção.

Importa dizer igualmente, e constar dela, se a testemunha procurou a polícia ou indicaram-na como presente ao fato ou ainda se foi abordada não intencionalmente. Não menos importante é consignar a facilidade de expressão, sinceridade, credibilidade da testemunha. Lembrar-se-á sempre que esta é uma fase altamente versátil da investigação. Aqui todos os indícios, notadamente os fornecidos por pessoas que têm conhecimento do fato, são de extrema relevância.

Para finalizar lembraríamos que a reconção nasceu da experiência haurida na atividade policial junto aos locais de crime. Foi traduzida graficamente como complementação à perinecropsopia. É dinâmica e resume a anamnésia do local do evento até o criminoso. É inédita.

Não há notícia de que outros países, sob o aspecto formal apresentado pelo Departamento de Homicídios tenham utilizado o método na investigação policial.

A reconção deixou de ser a memória subjetiva de um fato, ao contrário, passou a expressá-lo graficamente com o ato na busca da verdade real.

Projeção Futura

Faz exatamente dez anos que a Reconção Visuográfica mereceu sua primeira aplicação experimental na Divisão de Homicídios do DHPP, então sob nossa titularidade. No decorrer dessa década de existência, para nossa satisfação, esse instrumento de catalização de provas foi paulatinamente aperfeiçoado, existindo, hoje, naquele departamento especializado, protótipo de uma versão eletrônica que, num futuro próximo, permitirá o envio de dados, em tempo real de observação, a partir do próprio local do crime, através de “PALM-TOPS” ou “NOTEBOOKS” .

Num estágio posterior, como era, desde o princípio nossa projeção de vontade, os dados assim coletados em servidor central merecerão, pela via informática, o devido processamento que transformarão todo o material em produto de inteligência a ser compartilhado por todas as unidades de polícia judiciária do Estado, possibilitando a pesquisa a partir de fractais mínimos, como por exemplo a cor das vestes, as características físicas das vítimas, as atividades profissionais destas, a natureza dos locais de execução dos delitos, o “modus operandi” dos homicidas etc.

Seria a fusão da inteligência aos recursos da cibernética na exploração máxima das informações policiais, aproximando-nos muito do modelo americano denominado “VICAP”, onde é maximizada a inserção e recuperação de informações criminais pelas múltiplas agências investigativas ali existentes.

Embora a adversidade inegavelmente existente, somos confortados pela serenidade própria do homem policial, pois nunca ousamos duvidar de que o Delegado de Polícia terá assegurada sua primazia na direção da investigação criminal porque, malgrado a ânsia e a petulância de nossos detratores, a seriedade de nosso trabalho e o profissionalismo de nossa atuação nos legitimam como artífices ímpares da prova no panorama da Justiça Criminal.

Uns sonham, uns se iludem; outros concretizam idéias materializando-as objetivamente. Lembra-se contudo, que a ilusão é a realidade virtual do desejo.



Modelos de Reconhecimento

Reconhecimento Visuográfica: Homicídio

DATA DO FATO: ___/___/___

HF:

HS:

HC:

HS:

DO LOCAL:

a) INTERNO

TIPO:

residência térrea

sobrado

apartamento

edícula

cômodo isolado

comércio

outro _____

QUALIDADE DA RESIDÊNCIA E CONDIÇÕES DE HIGIENE DO LOCAL:

ORDEM DE COLOCAÇÃO DE OBJETOS E MÓVEIS:

ANOTAR OS PRINCIPAIS OBJETOS EXISTENTES NA CENA DO CRIME: (cinzeiros, cigarros, bebidas, copos, manchas, óculos, dentaduras etc. ou indícios que possam levar ao esclarecimento de hábitos, defeitos e fraquezas da(s) vítima(s)).

EXISTÊNCIA DE ANIMAIS: (cães, gatos, peixes, aves etc)

GELADEIRA E DESPENSA: (hábitos alimentares)

EXISTÊNCIA DE BIBLIOTECAS, LIVROS, REVISTAS: (ou outros objetos que possam auxiliar na formação da noção dos gostos e hábitos intelectuais)

BANHEIROS E OUTRAS DEPENDÊNCIAS QUE POSSAM CONTER ELEMENTOS DA PERSONALIDADE DA(S) VÍTIMA(S)

b) EXTERNO

ACIDENTES GEOGRÁFICOS: (rios, lagos, montes, represas, córregos etc.)

ESTRADA: () pavimentada () terra () outro piso
 LOGRADOURO: () rua () avenida
 GUIA E SARJETA: () sim () não
 ESGOTO: () céu aberto () canalizado

ASPECTO GERAL DO LOCAL: (tipo de construções existentes nas redondezas)

PERFIL DOS MORADORES DO LOCAL E VIZINHANÇA: _____

ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NAS PROXIMIDADES DE ONDE SE VERIA A CENA DO CRIME: (bares, bilhares, casas de massagens, lupanares etc.)

CROQUI DO LOCAL DO CRIME: (desenho sem escala; representar cômodos, portas, janelas móveis, entradas e saídas, forma dos compartimentos (redondo, retângular, quadrado etc.), anotando todos os detalhes que interessem ao fato).

DA ARMA UTILIZADA:

MARCA: _____ MODELO: _____

CALIBRE: _____ N.º DE CANOS: _____

DIMENSÕES: _____

ACABAMENTO: _____ CAPAC. TIROS: _____

N.º DE CARTUCHOS DEFLAGRADOS: _____

N.º DE CARTUCHOS ÍNTEGROS RECOLHIDOS NO LOCAL: _____

PROVAVELMENTE PERTENCENTE A _____

TIPO: () SEMI-AUTOMÁTICA () AUTOMÁTICA

PAÍS DE ORIGEM: _____

POSSUI DOCUMENTOS? () sim () não

ARMA BRANCA (especificar): _____

INSTRUMENTO (especificar): _____

DO(S) CADÁVER(ES):

POSIÇÃO DO ENCONTRO () decúbito dorsal () decúbito ventral

() deitado em _____

() em suspensão () parcial (descrever): _____

() total () com utilização de: _____

OUTRA POSIÇÃO (especificar): _____

SITUAÇÃO DO CADÁVER:

() morte recente () decomposição () recente () avançado estado

CHEIROS E ODORES NO LOCAL: _____

MANCHAS HIPOSTÁTICAS: _____

HORA PRESUMIDA DA MORTE: _____

CONDIÇÕES CLIMÁTICAS: () úmido () seco

() temperatura amena () chuva () frio () calor

SEGUNDO INFORMES COLHIDOS NO LOCAL, HOUVE ABORDAGEM OU QUALQUER DIÁLOGO ENTRE AUTOR E VÍTIMA?

() não () sim - qual?

HOUVE REAÇÃO DA VÍTIMA? () não () sim - qual?

HÁ VÍTIMAS SOBREVIVENTES? (destino) _____

FORAM OUVIDAS INFORMALMENTE? () não () sim: informações colhidas: (ATENÇÃO - Ao ouvir a vítima sobrevivente, procurar extrair informações sobre como agiu o autor, se conhece sua identidade, o que havia de estranho no seu comportamento, qual sua impressão sobre a personalidade do autor, estava ele embriagado ou sóbrio, agiu em legítima defesa ou em reação do fato anterior (vingança), por quê? etc)

HOUVE SUBTRAÇÃO DE BENS DA VÍTIMA? (descrever) _____

É POSSÍVEL DETERMINAR-SE EM QUE MOMENTO OCORREU A SUBTRAÇÃO? _____

VESTÍGIOS GERAIS DE INTERESSE ENCONTRADOS (descrever): _____

HOUVE PREOCUPAÇÃO EM CAMUFLAR VESTÍGIOS? COMO? _____

SEGUNDO APURADO INICIALMENTE, TRACE EM LINHAS GERAIS A PERSONALIDADE E HÁBITOS DA(S) VÍTIMA(S): (considere comentários de amigos, colegas de trabalho, colegas de bar, vizinhos e familiares, procurando estabelecer especialmente sua índole, como pai, marido, patrão, subordinado etc) _____

DAS TESTEMUNHAS ABORDADAS E ARROLADAS: (tecer comentários sobre o apurado, especialmente que tragam interesse à investigação. NÃO DESCARTE QUALQUER INFORMAÇÃO, POR MAIS ABSURDA QUE PAREÇA NO PRIMEIRO MOMENTO) _____

IMPRESSÃO PESSOAL DO INVESTIGADOR/PESQUISADOR

DETERMINAÇÕES DA AUTORIDADE POLICIAL QUE CHEFIOU A EQUIPE:

EQUIPE - DELPOL _____
- INVESTIPOL _____

JUNTE-SE AO:

() BO n.o _____ () OS n.o _____ () IP n.o _____

VÍTIMA(S) _____

AUTOR(ES) _____

FICHA(S) N.o(S) _____

_____, _____, de _____, de _____

Encarregado do preenchimento
Nome ou carimbo

Autoridade Policial
Nome ou carimbo

Reconhecimento Visuográfica: Furto/Roubo

DATA DO FATO: ___/___/___

HF:

HS:

HC:

HS:

DO LOCAL:

a) INTERNO

TIPO:

residência térrea

sobrado

apartamento

edícula

cômodo isolado

comércio

outro _____

ENDEREÇO COMPLETO: (constar logradouro, n.o, bairro, andar, apto, telefone etc.)

QUALIDADE DA CONSTRUÇÃO E CONDIÇÕES GERAIS DO LOCAL NO TOCANTE À SEGURANÇA: _____

b) EXTERNO

DESCRIÇÃO DO LOCAL: _____

ENDEREÇO COMPLETO E MEIOS DE ACESSO: _____

HÁ SINAIS INDICATIVOS DE UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO(S)? não sim

PESSOAS COM ACESSO AUTORIZADO NO LOCAL: _____

ESPÓLIO ENCONTRADO (considerar os móveis e objetos encontrados e a situação atual, no tocante à organização): _____

DESCREVER EVENTUAIS SISTEMAS ESPECIAIS DE SEGURANÇA (portas, janelas, fechaduras, cadeados etc., alarme, dispositivos especiais de defesa, v. g., eletrificação, obstáculos, ofendículos etc. _____

EXISTÊNCIA DE ANIMAIS DE GUARDA: _____

SISTEMA ESPECIAL PARA GUARDA DE VALORES: _____

PELO ESPÓLIO, COMO PARECE TER OCORRIDO O ACESSO AO LOCAL? _____

HOUVE ESCALADA, E OU ROMPIMENTO DE OBSTÁCULOS? () não () sim

VESTÍGIOS ENCONTRADOS: _____

PARECE TER HAVIDO UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS PARA TANTO? FORAM ENCONTRADOS NO LOCAL? _____

HÁ VÍTIMA(S) DE VIOLÊNCIA REAL? () não () sim _____

HOUVE UTILIZAÇÃO DE ARMA? () não () sim (descrever): _____

HOUVE TESTEMUNHAS VISUAIS? () não () sim (constar nomes e endereços completos) _____

TESTEMUNHAS REFERIDAS (nomes e endereços completos) _____

PERFIL DOS MORADORES DO LOCAL E REDONDEZAS _____

CROQUI DO LOCAL

HOUVE PREOCUPAÇÃO EM CAMUFLAR VESTÍGIOS? () não () sim _____

ROL DE BENS SUBTRAÍDOS, SEGUNDO INFORMAÇÕES NO LOCAL: _____

_____ (use o verso, se necessário)

COM BASE NO MODUS OPERANDI HÁ CASOS SEMELHANTES REGISTRADOS?

IMPRESSÃO PESSOAL DO INVESTIGADOR/EQUIPE SOBRE O CASO EM TELA:

DETERMINAÇÕES DA AUTORIDADE POLICIAL: _____

EQUIPE:

DELPOL: _____
INVESTIPOL: _____
: _____
: _____

JUNTE-SE AO:

() BO N.º _____ () OS N.º _____ () IP N.º _____ - _____ DP

AUTOR(ES) _____

FICHA(S)/FOTO(S) _____

HOUVE APREENSÃO E ENTREGA DE BENS? () não () sim . JUNTAR CÓPIA DOS AUTOS RESPECTIVOS

OBSERVAÇÕES FINAIS _____

_____, _____, de _____, de _____

Encarregado do preenchimento
Nome ou carimbo

Autoridade Policial
Nome ou carimbo

Reconhecimento Visuográfica: Acidente de Trânsito

DATA DO FATO: ___/___/___

HF:

HS:

HC:

HS:

DO LOCAL:

a) INTERNO

ENDEREÇO COMPLETO: (constar logradouro, n.o, bairro, andar, apto, telefone etc.)

QUALIDADE DA VIA PÚBLICA E CONDIÇÕES GERAIS DO LOCAL NO TOCANTE À SEGURANÇA: _____

b) EXTERNO

DESCRIÇÃO DO LOCAL: _____

ENDEREÇO COMPLETO E MEIOS DE ACESSO: _____

HÁ SINAIS INDICATIVOS DE ENVOLVIMENTO DE VEÍCULO(S)? () não () sim

PESSOAS COM ACESSO AO LOCAL: _____

CENÁRIO ENCONTRADO (considerar os veículos encontrados e a sua situação atual):

DESCREVER EVENTUAIS SISTEMAS ESPECIAIS DE SEGURANÇA DOS VEÍCULOS:

EXISTÊNCIA DE ANIMAIS NA PISTA: _____

PELA POSIÇÃO DOS VEÍCULOS COMO PARECE TER OCORRIDO O ACIDENTE? _____

HOUVE DANOS? () não () sim

VESTÍGIOS ENCONTRADOS: _____

HÁ VÍTIMA(S)? () não () sim _____

HOUVE TESTEMUNHAS VISUAIS? () não () sim (constat nomes e endereços completos) _____

TESTEMUNHAS REFERIDAS (nomes e endereços completos) _____

PERFIL DOS MORADORES DO LOCAL E REDONDEZAS _____

CROQUI DO LOCAL

HOUVE PREOCUPAÇÃO EM PREJUDICAR O LOCAL? () não () sim _____

ROL DE BENS ARRECADADOS NO LOCAL: _____

_____ (use o verso, se necessário)

IMPRESSÃO PESSOAL DO INVESTIGADOR/EQUIPE SOBRE O CASO EM TELA:

DETERMINAÇÕES DA AUTORIDADE POLICIAL: _____

EQUIPE: _____ DELPOL: _____
INVESTIPOL: _____
: _____
: _____

JUNTE-SE AO:

() BO N.º _____ () OS N.º _____ () IP N.º _____ - _____ DP

AUTOR(ES) _____

FOTO(S) _____

HOUVE APREENSÃO E ENTREGA DE BENS? () não () sim . JUNTAR CÓPIA DOS AUTOS RESPECTIVOS

OBSERVAÇÕES FINAIS _____

_____, _____, de _____, de _____

Encarregado do preenchimento
Nome ou carimbo

Autoridade Policial
Nome ou carimbo

Exemplo de Reconhecimento Eletrônica

DEPARTAMENTO DE HOMICÍDIOS E DE PROTEÇÃO À PESSOA - D.H.P.P.
DIVISÃO DE HOMICÍDIOS - EQUIPE E-SUL
RECOGNIÇÃO VISUOGRÁFICA DE LOCAL DE CRIME

Natureza do delito : **Homicídio Doloso - Autoria Conhecida**

Local dos Fatos: R. Rudolf Lotze - 20 - Morumbi - São Paulo - SP

Tipo de local : Via pública - Rua / AV.

Área: 89 DP - Jd. Taboão

Boletim de Ocorrência lavrado na Distrital: 2800/2005

Boletim de Ocorrência lavrado no D.H.P.P.: 691/2005

Dia da Semana: quarta-feira

Data e Hora do fato: 08/06/2005 - 04:42

Data e Hora da comunicação no D.P.: 08/06/2005 - 05:20

Data e Hora da comunicação ao D.H.P.P.: 08/06/2005 - 06:23

Feriado: Não

Data e Hora da chegada da Polícia Militar no local: 08/06/2005 - 05:15

Data e Hora da liberação do local para o carro de cadáver: 08/06/2005 - 07:00

Data e Hora do término dos trabalhos da Equipe no local: 08/06/2005 - 08:40

Componentes da Equipe no Local

Nome	RG	Carreira
Edvaldo Gabriel	14009835	Agente Policial
Roberto Novelli Oliveira	13695309	Agente Policial
Maurício José Mendes Resende	18900608	Delegado de Polícia
Franck Edem Sampaio	23782012	Escrivão de Polícia
Vitor Antonio Araujo Ordones	29100230	Escrivão de Policia
Dermanio Lima Ribeiro	12562641	Fotógrafo Técnico Pericial
Paulo César Ferreira Verwiebe	14187718	Investigador de Polícia
Renato Guilherme Goes	18381400	Papiloscopista Policial
Pedro Camarinho	4643190	Perito Criminal

Local preservado: Polícia Militar

Componentes da viatura: 16603

Nome: Sgt Valmir Documento: RE N.º 850583 - 7

Ambiente: Dia

Clima: Enevoado

Visibilidade: Boa

Temperatura: 18 graus (°C)

Sensação Térmica: Fria

Umidade do Ar: Seco

Presentes no Local:

Curioso(s): sim

Parente(s): sim

Vizinho(s): não

Imprensa: não

LOCAL DOS FATOS (mediato)

Tipo: Residencial Área: Periferia Zona: Sul Perfil social: Classe Baixa
 Iluminação pública: Sim Rede de esgoto: Canalizado Pavimentação: Total
 Escola(s): sim Bar(es): sim Bilhar(es): não Casa(s) de Massagem: não Lupanar(es): não
 Nível: Reduzido Condições de acesso: Difícil
 Relevo(s): Montanhoso
 Há evidências que o autor moveu o corpo do local da morte para o local atual? não

VÍTIMA(S) CONHECIDA(S)

1) Nome: ANDRE LUIS LINO RG. n.º.: - /SSP/
 Condição: Fatal(no Local) RNE n.º.: Sexo: M
 Pai: FRANCISCO DOS SANTOS Mãe: BENEDITA LINO DA CONCEICAO
 Estado Civil: Solteiro Data de Nascimento: 20/09/1984
 Idade na Data do Fato: 20
 Naturalidade: JUQUEIRA U.F.:: AL Nacionalidade: Brasileira
 Instrução: Fundamental Completo Formação:
 Profissão: Comerciante Ocupação: Renda:
 Conhecia o Autor: Sim
 Possui filhos: Tipo de residência:: Reside com: Parentes

Antecedentes: Não Procurado(a): Cumpriu Pena:
 Registra passagem pela Febem: Frequentava bar(es): Sim

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Etnia: Ocidental Cor da Pele: Negra Compleição física: Gordo
 Olhos: Altura: 180 cm Peso: Kg
 Tipo de cabelo: Carapinha Cor do cabelo: Preto Comprimento: Curto
 Cabelos Tingidos: Não Tipo de Unhas: Naturais Cor:
 Barba: Não Bigode: Não Óculos: Não
 Ponte fixa/móvel: Não

ENDEREÇOS E TELEFONES

Tipo de Endereço: Residencial
 Logradouro: RUA RUDOLF LOTZE n°.: 41
 Complemento: FAVELA PARAISOPOLIS Bairro: MORUMBI CEP:
 Cidade: São Paulo

TATUAGEM(S)

Parte do Corpo: Braço direito Desenho: Aranha

VESTIMENTAS

Tipo: Calça jeans Cor: Descrição:
 Tipo: Suéter Cor: Branca Descrição: MOLETOM

PERFIL PSICOLÓGICO/SOCIAL

Informações prestadas por: JOSE GILSON DOS SANTOS
 Vício(s): Álcool: sim Cocaína: não Maconha: não Crack: não Outros: não
 Relacionamento com a família: Situação: Boa Saiu de casa:
 Último contato:
 A vítima residia: Com a família

POSIÇÃO E SITUAÇÃO DO CADÁVER

Descrição: Decúbito dorsal
 Posição do corpo incomum ou não natural (posado ou exposto): Não
 Corpo completo: Sim
 O corpo foi encontrado:
 Coberto: sim Como estava coberto: LENÇOL
 Houve Evidências de ação para dificultar a identificação da vítima (desfiguração, falta de dedos, etc.): Não
 Vestígios de violência sexual: Houve Vestígios de violência sexual: Não
 Estado cadavérico: Estava em estado de rigidez: Hipotermia:
 Tempo provável da morte (horas): 0
 Imobilização: Estava imobilizada: Não
 Amordaçada: Estava amordaçada: Não
 Olhos vendados: Estava com os olhos vendados: Não
 Instrumento utilizado: Provável instrumento utilizado: Arma de Fogo

LOCAL EXTERNO

Via pública/Rua/Av.: Via: Asfaltada
 Guia e sarjeta: Sim Calçada: Sim Esgoto:

Material de cobertura:

Distância da rede elétrica (m): 5

COLETA DE MATERIAL PARA PERÍCIA

Impressões Papilares: Sim

Outras amostras:

SEDE E DESCRIÇÃO DAS LESÕES APARENTES

Quantidade: 4 Tipo de Ferimento: pérfuro-contuso Parte do Corpo: Tórax

Quantidade: 2 Tipo de Ferimento: pérfuro-contuso Parte do Corpo: Pescoço

Quantidade: 1 Tipo de Ferimento: pérfuro-contuso Parte do Corpo: Cabeça

Quantidade: 2 Tipo de Ferimento: pérfuro-contuso Parte do Corpo: Costas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclusões: Atendendo pedido de assessoramento formulado pela DD. Autoridade Plantonista do 89º Distrito Policial, mediante mensagem intranet, esta Equipe Especializada, acompanhada do corpo técnico-pericial deste Departamento, deslocou-se ao sítio das agressões, onde a vítima foi encontrada nas condições já descritas. Os milicianos responsáveis pela preservação da cena do crime não forneceram informações úteis ao deslinde das investigações. No sítio das agressões, apurou-se junto a familiares do ofendido e testemunhas ora presentes ao plantão que a vítima se encontrava no interior do Bar `Zazueiras`, localizado na esquina da Rua Itapanhaú com a Rua Rudolf Lotze, distante aproximadamente cinquenta metros de onde jazia o cadáver do ofendido. No interior do referido estabelecimento, teria ocorrido um desentendimento entre a vítima e o indivíduo de vulgo `Toninho`, por motivo fútil, onde, após breve discussão, o indiciado se retirou, entrando em seu veículo, um Fusca branco, mas retornou logo em seguida, já de arma em punho, ordenando que a vítima saísse do bar e deitasse no solo. O ofendido teria corrido, momento em que o indiciado lhe desferiu diversos disparos de arma de fogo, atingindo-o fatalmente e evadiu-se do local. Localizou-se junto ao cadáver da vítima um coldre vazio próprio para acondicionamento de arma de fogo, mas seus familiares negaram que o ofendido possuísse armas. A qualificação do autor foi indicada por sua mulher, Rose Mary Tenório de Lima, a qual forneceu cópia da certidão de nascimento de um de seus filhos, onde consta os dados de seu marido. Rose não soube indicar o atual paradeiro do indiciado, sendo que as diligências realizadas não lograram localizá-lo. Junto ao bar onde se deu a discussão, arrecadou-se três copos de vidro, que supostamente teriam sido utilizados pelo indiciado e pela vítima, os quais ficaram a cargo do Setor de Papiloscopia para tentativa de revelação de eventuais impressões digitais. Assim, para cabal apuração dos fatos, a Autoridade Policial signatária instaurou o competente inquérito policial, que, após registro e distribuição, tramitará por esta Equipe Especializada, face ao esclarecimento ainda no local dos fatos.

É o que se registra.

São Paulo, 08 de junho de 2005

Mauricio José Mendes Resende
Delegado de Polícia

Fotos



Local dos fatos



Outro ângulo do local dos fatos



Identificatória da vítima



Local dos fatos (bar)



Outro ângulo do bar (local dos fatos)



Outro ângulo do cadáver da vítima

Bibliografia

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Tradução de Alfredo Bosi. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- COELHO, Fábio Ulhoa. *Roteiro de lógica jurídica*. São Paulo: Max Limonada, 1997.
- COPI, Irving Mermer. *Introdução à lógica*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- MALATESTA, Nicola Framarino Dei. *A lógica das provas em matéria criminal*. Tradução de Paolo Capitanio. São Paulo: Bookseller, 1996.
- PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- QUEIROZ, Carlos Alberto Marchi de. *Manual de Polícia Judiciária*. São Paulo: Cromosete, 2000.
- TELES, Antônio Xavier. *Introdução ao estudo da filosofia*. São Paulo: Ática, 1986.